

Dicionário *do*
pensamento
Social
do século XX

Editado por

William Outhwaite
& Tom Bottomore

E. Gellner, R. Nisbet, A. Touraine

Editoria brasileira: Renato Lessa &
Wanderley Guilherme dos Santos



ZAHAR
Jorge Zahar Editor

Título original:
*The Blackwell Dictionary of
Twentieth-Century Social Thought*

Tradução autorizada da primeira edição inglesa
publicada em 1993 por Blackwell Publishers,
de Oxford, Inglaterra

Copyright © 1993, Basil Blackwell
Organização editorial © 1993, William Outhwaite e Tom Bottomore

Copyright da edição em língua portuguesa © 1996:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
editora@zahar.com.br
www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Todos os direitos reservados. Este e-book foi publicado com a permissão
de John Wiley & Sons, Ltd.

Tradução:
Álvaro Cabral e
Eduardo Francisco Alves

Capa:
Carol Sá e Sérgio Campante

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

D546 Dicionário do pensamento social do Século XX / editado por
William Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest
Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira,
Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduar-
do Francisco Alves, Álvaro Cabral. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar
Ed., 1996

Tradução de: The Blackwell dictionary of Twentieth-Century
social thought

Inclui apêndice e bibliografia
ISBN: 978-85-7110-345-0

1. Ciências Sociais – Dicionários. 2. Sociologia – Dicionários.
I. Outhwaite, William. II. Bottomore, Tom, 1920-1992.

96-1102

CDD 300.3
CDU 3(038)

geral implica um processo através do qual se promove o acordo entre agentes participantes. Deve ser concebido como um processo ativo e, portanto, ser distinguido da aquiescência, da aceitação resignada ou do simples conformismo. O regime nazista na Alemanha, por exemplo, provavelmente pôde contar com o consenso de grande parte dos agentes políticos do país nos primeiros anos do regime; mais para o final, porém, a maioria dos cidadãos parece ter sido motivada apenas pelo conformismo passivo às injunções dos líderes.

As regras do jogo, como acabamos de ver, podem ser impostas de forma coercitiva por superiores poderosos a subordinados desprovidos de poder. No entanto, conforme teóricos políticos vêm argumentando desde os grandes filósofos gregos, a coerção por si não pode proporcionar fundamento suficiente para uma ordem social. Se é verdade que policiais podem erguer o cassetete contra potenciais violadores de uma ordem imposta, essa ordem não tem como resolver o problema de quem policia e ergue um cassetete contra os policiais. Uma medida de consenso, ainda que possa envolver apenas uma fração da população, deve inspirar alguns agentes a seguir as diretivas dos que tomam as decisões por motivos outros que não o medo da represália.

O consenso não implica o vínculo permanente a padrões fixos que guiem a conduta. Ao contrário, uma reflexão histórica demonstrará que o que numa época fez parte do consenso em outra já não mais determina o comportamento. Os partidos políticos, pelo menos na política democrática moderna, estão continuamente envolvidos em conflitos que visam transformar o consenso parcial em dissenso parcial ou vice-versa. Por exemplo, as crenças a respeito da necessidade de uma certa medida de segurança social durante períodos de desemprego, ou na velhice, são hoje reconhecidas e aceitas, ainda que às vezes de má vontade, por defensores do livre mercado, enquanto em um período anterior eram encaradas como fantasias utópicas. Com muita frequência os excêntricos de uma geração tornam-se os inovadores venerados da geração seguinte.

Não apenas um dado consenso pode existir hoje e desaparecer amanhã, devido ao fluxo e às mudanças históricas, como também os agentes que desenvolvem o consenso e o acordo podem mudar no decorrer do tempo, dependen-

do da relativa abertura ou do relativo fechamento do acesso ao campo de debate político. O consenso origina-se de um processo no qual até mesmo alguns agentes inicialmente recalcitrantes, sejam indivíduos ou grupos, se tornam motivados, pelo menos em alguns contextos, a deixar de lado padrões egocêntricos de comportamento por meio da união através de um “nós” coletivo. Nessas situações, discordâncias iniciais podem tornar-se parte de crenças consensuais comuns no momento mesmo em que novas áreas emergentes de dissenso já começam a dar indícios de uma nova virada.

Leitura sugerida: Comte, Auguste 1974: *The Essential Comte*, org. por Stanislav Andreski • Key, Jr., V.O. 1961: *Public Opinion and American Democracy* • Lipset, S.M. 1960: *Political Man: the Social Bases of Politics* • Shils, Edward 1975: “Consensus” in *Center and Periphery: Essays in Macrosociology*.

LEWIS A. COSER

conservadorismo Esta é uma perspectiva política universal de um modo que as grandes ideologias modernas do LIBERALISMO, do SOCIALISMO e do FASCISMO não são. A aversão instintiva à mudança e a correspondente ligação às coisas tais como elas são, constituem sentimentos dos quais poucos seres humanos já estiveram totalmente isentos. E sentimentos foi tudo que o conservadorismo reuniu, durante boa parte da história humana. Nas sociedades avançadas, não menos que nas primitivas, qualquer outra disposição que não a conservadora em geral sempre pareceu aberrante. Costumes, rituais e maneiras inalteráveis governaram o comportamento humano de geração a geração. O conservadorismo só desperta de seu torpor instintivo quando incitado a fazê-lo pela deflagração de uma mudança rápida e turbulenta. E, mesmo então, o conservadorismo acha difícil dar voz a instintos aos quais durante tanto tempo ele não deu o menor valor e que (de forma bastante literal) ele não tinha nenhum *motivo* para definir ou defender. Para cada Edmund Burke, que foi “levado pelo alarme à reflexão”, devido à Revolução Francesa, havia mil aristocratas e camponeses de boca calada, que sabiam o que lhes agradava, mas não sabiam por quê.

Por isso, o “alarme” sentido pelos conservadores diante da mudança presta-se à “reflexão”, mais do que leva a ela. Não obstante, é correto buscar a origem do pensamento conservador no sentimento conservador. Esse senso do concre-

to e do imediato, que é tão característico do primeiro, tem suas origens no último. Pode remontar, mais especificamente, aos laços e práticas pré-modernos da velha Europa, aos quais os *philosophes* do ILUMINISMO do século XVIII dedicaram tanto desprezo. Contra o impulso destes últimos de reorganizar a sociedade segundo linhas “racionalis” e de valorizar os indivíduos que se soltavam da teia de ligações em que viviam presos, os tradicionalistas conservadores se uniram na defesa de sua própria espécie (ver RACIONALIDADE E RAZÃO). Elevaram lentamente ao plano da reflexão sua experiência de instituições e costumes, tão inseparáveis dos fins da vida humana. E isso formou forte contraste com a então emergente ênfase liberal em fins e interesses totalmente individuais, com relação aos quais as instituições e formas de vida se colocam num relacionamento meramente utilitário. Quanto a instituições há muito estabelecidas, para o individualista liberal elas sempre pareceram muletas sem as quais as pessoas “adultas” podem viver perfeitamente (ver INDIVIDUALISMO). O conservador é, no geral, menos otimista: no caminho da liberdade, diz o pensamento conservador, fica o atalho da libertinagem. A sociedade, tal como o conservador a descreve, não é um amontoado de átomos individuais, desconectados. É antes uma *communitas communitatum*, em que o indivíduo socialmente isolado — o “homem rebelde” de Shakespeare — é a exceção, não a regra.

O que começou como oposição instintiva a idéias modernizantes desabrochou num “contra-Iluminismo” maduro quando os conservadores entenderam que os radicais burgueses queriam racionalizar e atomizar toda a sociedade. Parte da oposição conservadora aos modos abstratos de pensamento era despolitizada, uma vez que perdera o contato com o mundo tal como estava passando a ser e se refugiara na experiência internalizada que reconhecemos como romantismo, e isso ao ponto de os objetivos dos radicais burgueses terem tido sucesso. Porém um elemento mais durável no campo conservador surgiu com o HISTORICISMO. A escola histórica reagiu à dissolução do mundo tradicional estático, reinterpretando a ligação conservadora com o concreto como uma ligação com o orgânico, isto é, com o que vive e está sempre evoluindo. O lugar que fora ocupado no antigo pensamento conservador pelo estado e pela comunidade local foi preenchido,

em vez disso, pela comunidade orgânica do “povo” (*Volk*).

A mudança, no entanto, pode ser tão vertiginosa que uma reação historicista a ela termine não em adaptação, mas em capitulação. Tanto a história quanto a experiência, então, tornam-se um terreno traiçoeiro para se montar uma oposição eficaz à mudança radical, pelo simples motivo de que — para tomar emprestada a linguagem do MARXISMO — ambas estão do lado da mudança. É por isso que no século XX muitos conservadores têm sentido a necessidade de um modo de pensar mais discriminador que apele menos à tradição em si mesma do que às verdades que uma tradição saudável incorpora. Era uma norma da tradição judaico-cristã que todos os membros da sociedade a aceitassem como imposição unificadora sobre eles próprios. Mas o homem ocidental moderno perdeu qualquer senso de ordem moral objetiva. A “privatização” dos valores morais, que é inevitável e boa do ponto de vista liberal, sob o ângulo conservador é idêntica ao niilismo próspero da sociedade contemporânea. Se os valores não repousam em nada mais sólido que a nossa escolha arbitrária, como gostaria o RELATIVISMO, então não podemos ter nenhum bom motivo para acreditar neles. A crítica conservadora ao individualismo liberal adquire aqui uma perspectiva cultural e metafísica — e não apenas social e política. A sociedade e suas obrigações não se fundam sobre as vontades e desejos cambiantes dos indivíduos, mas, em última análise, sobre a natureza dos seres humanos. Em outras palavras, antes dos acordos que fazemos uns com os outros, na busca de nossos interesses, temos certos deveres e direitos que são, por assim dizer, inegociáveis ou “dados”, pois inscritos em nossas próprias naturezas.

Os limites atribuídos à mudança ou ao “progresso” pelas idéias gêmeas de natureza humana e lei natural são obviamente bastante consideráveis. Liberais e radicais, em graus variados, assumem a plasticidade infinita da natureza humana. Os conservadores adeptos da lei natural afirmam, ao contrário, que ela manifesta aspectos imutáveis, que por sua vez implicam normas imutáveis. Alguns têm encarado esse ponto de vista como sinal de uma possível incoerência na teoria conservadora: como pode a crença em uma lei natural universal — que é por definição aplicável a todos os seres humanos em todos os lugares e em todos os tempos

— ser compatível com a ligação com tradições e costumes particulares e locais? Nem todos os conservadores, é claro, apóiam esses dois pontos de vista. Mas os que o fazem são geralmente forçados a admitir que uma cultura existente, ou tradicional, pode de fato não corresponder nem de longe a certos princípios morais universais, caso em que essa cultura deve submeter-se ao julgamento de tais princípios.

Ainda é verdade que, desde que a Ilustração usou sua própria idéia de natureza humana para demonstrar a irracionalidade de todas as sociedades existentes, muitos conservadores rejeitaram a própria idéia como sendo, no todo, demasiado abstrata. Mas é importante compreender o grande abismo que separa a idéia conservadora de natureza humana — como só se tornando aquilo que ela essencialmente é, como só se completando na sociedade — da idéia liberal moderna da natureza humana como essencialmente a-social. Conservadores britânicos e norte-americanos às vezes chegam perto de abraçar esse ponto de vista liberal na sua adesão entusiástica ao CAPITALISMO. No entanto, na prática, normalmente conservam alguns vestígios da velha crença conservadora de que a liberdade, incluindo a liberdade econômica, é ao mesmo tempo inoperável e intolerável fora de uma forte estrutura social e moral. Resta ver até onde o conservadorismo, em alguma coisa mais que o mero nome, pode sobreviver numa sociedade que está mais inclinada a fundir do que a relacionar liberdade com virtude.

Leitura sugerida: Burke, E. 1790 (1968): *Reflections on the Revolution in France* • Eliot, T.S. 1939: *The Idea of a Christian Society* o 1948: *Notes Towards the Definition of Culture* • Kirk, Russel 1954 (1986): *The Conservative Mind*, 7ªed. • Nisbet, Robert 1966: *The Sociological Tradition* • Oakeshott, Michael 1962: *Rationalism in Politics and Other Essays* • Scruton, Roger 1980: *The Meaning of Conservatism* o org. 1988: *Conservative Thinkers* o org. 1988: *Conservative Thoughts* • Strauss, L. 1949: *Natural Right and History* • Voegelin, E. 1952: *The New Science of Politics*.

IAN CROWTHER

consumo, sociedade de Ver SOCIEDADE DE CONSUMO; ver também SOCIEDADE AFLUENTE.

contracultura Uma cultura minoritária caracterizada por um conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que contradizem diretamente os da sociedade dominante. De acordo com o *Oxford English Dictionary*, a

palavra *counterculture* foi acrescentada à língua inglesa no final dos anos 60 e início dos anos 70, referindo-se aos valores e comportamento da mais jovem geração norte-americana dos anos 60, que se revoltava contra as instituições culturais dominantes de seus pais, na maior parte, afluentes (ver SOCIEDADE AFLUENTE). Embora a palavra tivesse entrado para a língua a fim de identificar esse conflito de gerações em particular na América do Norte, a idéia é tão antiga quanto a história judaico-cristã do Ocidente; a própria cristandade foi uma contracultura na Jerusalém judaica e mais tarde na Roma pagã. Tanto J. Milton Yinger, importante sociólogo de contraculturas norte-americano (1982), quanto Christopher Hill, um dos principais historiadores britânicos da Revolução Inglesa (1975), se reportam à Bíblia em seus livros sobre contraculturas:

Esses homens que têm
alvorocado o mundo
chegaram aqui também.

Atos, 17:6.

A força motriz da cristandade construiu-se sobre a tensão dialética entre o Velho e o Novo Testamentos, entre a lei e o Evangelho, entre os Dez Mandamentos e o Sermão da Montanha. Perfeccionistas de todas as gerações geralmente têm apelado ao Evangelho universal do amor, em contraposição às leis culturalmente enraizadas que eram simbolizadas pelos Dez Mandamentos. Assim, entre a multidão de seguidores gerada pela Revolução Inglesa das décadas de 1640 e 1650, os que se ligaram a seitas como “A Família do Amor” não eram diferentes dos “Flower People” e dos hippies da “Geração do Amor” dos Estados Unidos nos anos 60.

Os movimentos sectários e contraculturais têm tido geralmente dois aspectos, o ativismo radical dos que buscam revolucionar politicamente a sociedade e a boêmia dos que a abandonam para viver em isolamento. Dessa forma, John Lillburne, o homem mais popular na Inglaterra de Cromwell, liderou seus Niveladores na revolta política, mas acabou se retirando do ativismo político e se tornando um quacre. Staughton Lynd, um guru da Nova Esquerda Estudantil, que foi a Hanói demonstrar sua solidariedade para com o inimigo quando os Estados Unidos ainda lutavam na Guerra do Vietnã, também se tornou quacre. Theodore Roszak, num trabalho excelente, um dos primeiros livros sobre a contracultura (1969), inclui tanto